

# SE LIGA NO Sinal

Informativo do CEPEL  
Centro de Estudos e Pesquisas  
da Leopoldina  
Ano XII - Número 54 - jan/fev/mar 2003

## 4/5 Posto de Saúde da Vila do João

**Caderno**

Encarte nº 12

Serra da Misericórdia  
Especial: Encarte com mapa e a  
Carta para a preservação

## Jovens da Maré 3

## JUSC: combatendo a fome na Leopoldina 6

## Entrevista: Biblioteca Comunitária Tobias Barreto 7

## Mapeando a Leopoldina

### O compromisso do CEPEL com as iniciativas populares.

Neste número, o Se Liga no SINAL destaca alguns assuntos importantes da Região da Leopoldina: a Serra da Misericórdia, as iniciativas de jovens, o problema da fome de muitas famílias, as questões cruciais do Complexo de Favelas da Maré. Para preparar esta edição, os integrantes do CEPEL conversaram com vários moradores da região que representam organizações diferentes, como os componentes do Grupo Bicuda Ecológico, as irmãs Cabrini e os de saúde do Posto de Saúde da Vila do João, no Complexo da Maré.

Depois de ler os artigos desse número, o leitor poderá se perguntar: "qual é a possibilidade do CEPEL promover melhorias reais na região da Leopoldina?" "Como uma pequena entidade pode fazer alguma diferença diante de tantos problemas: muita pobreza, desemprego, violência e poluição?" De fato, muitas vezes também nos fazemos essa pergunta, mesmo reconhecendo-nos como poucos (apenas sete pessoas), com poucos recursos, formação escolar variada, mas exigindo-se sempre a reflexão crítica, é um ritmo de trabalho condicionado por essas condições.

Afinal, qual pode ser o papel do CEPEL?

Encontramos a resposta em nossa confiança, nossa fé nos pobres da região em procurar os caminhos para a resolução dos seus próprios problemas. Acreditamos nas palavras do geógrafo, o professor Milton Santos, recentemente falecido, que profetizou: "Na reconstrução

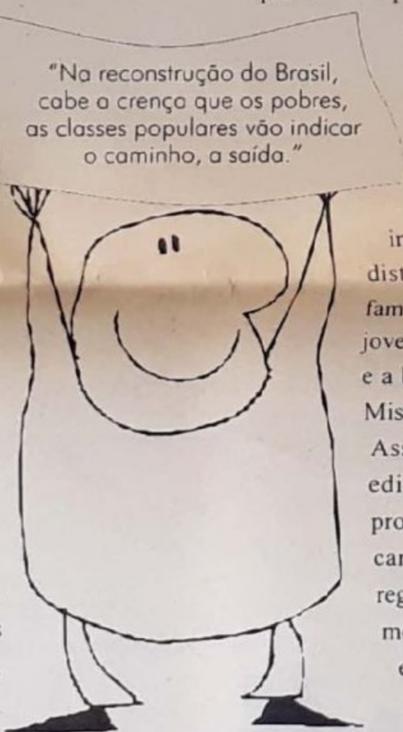
do Brasil, cabe a crença que os pobres, as classes populares vão indicar o caminho, a saída."

Ele estava querendo dizer que os pobres, buscando garantir sua sobrevivência, sabem o que precisam e sabem quais podem ser os caminhos. Entendemos que o trabalho de uma entidade como o CEPEL é fazer mapas, ou seja, mapear esses caminhos que a própria população esta indicando, acompanhando os esforços dos moradores em criar iniciativas que apontam para sua própria sobrevivência.

Nesta edição, você vai conhecer algumas dessas iniciativas: um grupo de jovens que faz distribuição de alimentos básicos para famílias da região, a luta pelo futuro dos jovens em um curso pré-vestibular popular e a batalha pela preservação da Serra da Misericórdia.

Assim, como você poderá ver, nesta edição do Se Liga no SINAL prosseguimos com o mapeamento dos caminhos da população moradora da região da Leopoldina, devolvendo a essa mesma população o que ela relata da sua experiência. Acreditamos que, com este jornal, o CEPEL procura atingir um dos seus principais objetivos.

Em outras palavras, não é uma entidade, como o CEPEL, que tem o caminho para resolver os problemas da população da Leopoldina. Ao divulgar iniciativas populares, estamos proporcionando a liberação de energias dos moradores organizados, mapeando essas energias para a população ver de perto aquilo que ela própria vem propondo.



## COMPLEXO DA MARÉ

### Os jovens em busca do futuro

Patrick P. Gregório e Gláucia Hauptman

O Complexo da Maré tem se destacado ultimamente por notícias sobre a situação de violência, motivada pela ação do crime organizado e suas consequências, como a disputa entre grupos rivais e o confronto com policiais. Mas no dia-a-dia, a comunidade da Maré apresenta motivos bem diferentes para se destacar.

Uma destas razões de orgulho é o grupo de jovens que, cansados de esperar pela ação dos governos, resolveu procurar alternativas.

Esses jovens vêm enfrentando dificuldades com relação às limitadas de opções de lazer, pois o Complexo da Maré ainda não possui casas de shows, teatros ou cinemas. A falta de opções faz com que muitos jovens recorram aos polêmicos bailes "funk" que acontecem nas comunidades nos fins de semana. Outros estão descobrindo uma nova forma de lazer, que está sendo oferecido pelas Igrejas Católicas e Evangélicas, que, além de divertimento, exercem um papel de integração social. Neste espaços, os jovens participam de peças teatrais, coral, passeios, palestras educativas e outras atividades de ação social, como o combate à fome e à miséria. (leia na pág. 6, matéria especial com o grupo de jovens do JUSC)).

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho também tem levado jovens do Complexo a buscar na educação o

instrumento necessário para a conquista do primeiro emprego. Uma das razões é que o mercado de trabalho ainda continua fechado aos jovens que não tiveram uma primeira experiência profissional. As empresas só selecionam os "melhores", ou seja, os que possuem o nível médio técnico ou nível superior. Além disso, é preciso ter curso de informática e falar pelo menos uma língua estrangeira, sem



a remuneração pode chegar a até cinco vezes o salário mínimo."

Procurando alternativa, jovens e adultos tem encontrado formação profissional na própria comunidade em entidades como o CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidária da Maré), uma organização não governamental que oferece diversos cursos, como Teatro

línguas, preparatório e o CPV (Curso Comunitário Pré-Vestibular).

No curso pré-vestibular, os jovens podem vislumbrar a perspectiva mudança, pois têm na Universidade a expectativa de melhor preparação para a vida. Na opinião do jovem T. "ter um bom emprego, uma casa, uma profissão, é

qualidade de vida, uma vez que o cidadão só tem respeito quando possui uma Faculdade". A qualidade de vida está fortemente presente no desejo de cada um. Para M. M., morador da comunidade do conjunto Esperança, "qualidade de vida é poder chegar em casa a hora que quiser, sem medo de ser baleado ou abordado pelos bandidos". Já para a jovem N. que mora na Baixa do Sapateiro, conta que "qualidade de vida é, acima de tudo, o ser humano ter respeito, educação, cultura e estar sempre se ocupando em aprender coisas novas para não se desviar para as drogas."



# POSTO DE SAÚDE DA VILA DO JOÃO

4

Nesta edição do SINAL voltamos nosso olhar para a região da Maré. Junto aos problemas que estão no mapa, encontramos também as soluções que vêm sendo dadas pela população e pelos profissionais de saúde que estão em contato direto com as necessidades das comunidades. Para saber um pouco mais sobre como andam as condições de saúde desta área, fomos até o posto de saúde da Vila do João e conversamos com a coordenadora técnica Vera Joana e com as enfermeiras Ilma e Ana.



Hoje, o Posto de Saúde da Vila do João conta com 70 funcionários. destes, sete são médicos que atendem em horário de meio expediente e 30 são agentes comunitários de saúde. Mas nem sempre foi assim. Esta unidade de saúde esteve fechada durante cinco anos, de 1993 a 1998, tendo sido reaberta depois de intensa mobilização da comunidade. Em 1998, a prefeitura fez um convênio com a UNIMAR, a União das Associações de Moradores da Maré, que assumiu a gestão do posto.

Mesmo sem divulgação oficial, houve uma grande procura porque os agentes de saúde que são moradores da comunidade, e noticiaram o fato aos parentes e vizinhos”.

### O FUNCIONAMENTO HOJE

Hoje, quem chega ao posto encontra uma recepção feita pelos próprios agentes de saúde. As informações sobre os usuários dos serviços ficam arquivadas em um prontuário familiar, que é organizado com uma pasta para cada família, contendo os prontuários individuais. Todos estes dados estão informatizados e, o que é destacado pelas profissionais de saúde, o responsável por este trabalho de arquivo digital é um morador da comunidade, que ocupa a função de Técnico em Processamento de Dados.

As consultas de clínica médica, pediatria, obstetrícia e ginecologia são marcadas através de um sistema de triagem que funciona da seguinte maneira: um enfermeiro escuta a queixa e a classifica como prioridade absoluta ou prioridade relativa. A prioridade absoluta é atendida no mesmo dia, a relativa fica para o dia seguinte ou depois. No caso de lotação da agenda do dia seguinte, não há triagem neste dia. Por dia, são realizados cerca de 112 atendimentos.

Durante a epidemia de dengue, no ano de 2002, não houve distribuição de número - todos que chegavam eram consultados. Foram atendidas 2.300 pessoas suspeitas de dengue

Neste período, todos os outros programas do posto tiveram que ser paralisados. Segundo Vera Joana “a epidemia de dengue mudou toda a rotina do serviço - isto aqui era uma verdadeira praça de guerra. Foram quase três meses assim, principalmente, em janeiro e fevereiro”. Neste

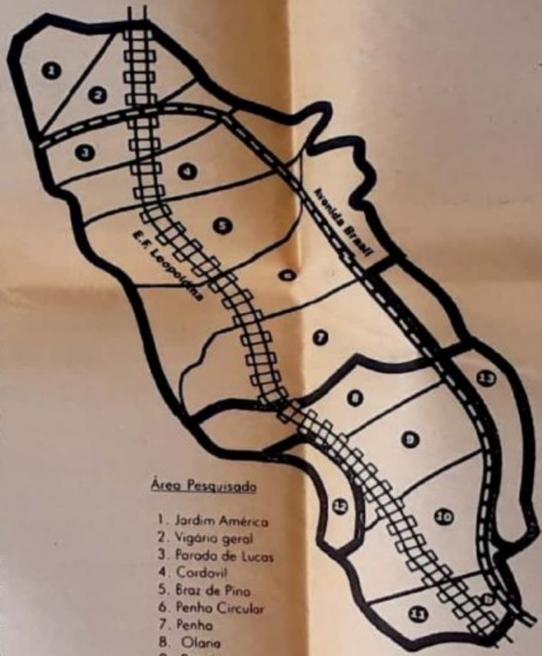
### A DIFÍCIL REABERTURA

Inicialmente, foram contratados 13 agentes de saúde, uma enfermeira e Vera Joana, como sanitarista. As agentes de saúde ficaram encarregadas das visitas aos moradores da região. Nestas ocasiões, orientavam as famílias sobre como tratar o lixo, a água etc. Realizavam um trabalho educativo a partir das condições de vida encontradas no espaço em que atuavam.

Enquanto a unidade de saúde continuava fechada, os funcionários do posto trabalharam com os adolescentes de uma escola municipal local. O trabalho consistia em abordar temas que foram definidos a partir dos interesses destes adolescentes: crescimento, desenvolvimento, sexualidade, DST/AIDS e saúde reprodutiva. Hoje em dia, este trabalho é feito com os jovens do Projeto Juventude da Baía da Guanabara.

Neste período, desenvolveram também uma parceria com a creche vizinha, trabalhando com os recreadores temas como nutrição, imunização e saúde bucal. É comum o posto receber as crianças da creche para atendimentos de última hora, embora exista o desejo de que isto seja normatizado. Em contrapartida, quando os agentes de saúde encontram crianças em situação de risco, solicitam vagas na creche.

Como a necessidade de atendimento médico na comunidade era grande e a pressão popular crescia, o Posto reabriu em 17 de maio de 2000, mesmo sem o material necessário para seu pleno funcionamento. Vera Joana conta que naquele momento “havia uma mesa aqui, uma maca ali, mas não havia vacinas, por exemplo.



- Área Pesquisada
1. Jardim América
  2. Vigário geral
  3. Farado de Lucas
  4. Cordovil
  5. Braz de Pina
  6. Penha Circular
  7. Penha
  8. Olaria
  9. Ramos
  10. Bonsucesso
  11. Mangueiras
  12. Complexo do Alemão
  13. Complexo da Maré

ano de 2003, não houve epidemia de dengue.

Há também, o funcionamento de grupos educativos. Hoje existem aproximadamente 1200 hipertensos inscritos no programa do posto e cerca de 320 diabéticos. Há o grupo de puericultura, que discute temas como acidentes domésticos, aleitamento materno, vacinação etc. e, ainda, grupos de DST/AIDS e planejamento familiar conduzidos por um enfermeiro e uma assistente social. Por enquanto, a equipe não conta com psicólogos.

### A ÁREA DE ATUAÇÃO

A área de atendimento do posto abrange todo o conjunto Esperança, a Vila do João e a Vila do Pinheiro. Estas são as áreas visitadas pelas agentes de saúde e até onde chegam os programas desenvolvidos pelo posto. Isto significa, por exemplo, que todo hipertenso desta região tem direito a ser inscrito no programa de atendimento do posto.

Na Maré existem apenas oito unidades de atendimento em saúde, sendo seis mini-postos que funcionam dentro dos CIEPS. Estes postos apresentam serviços de clínica médica, pediatria e ginecologia. De acordo com sua coordenação, a unidade da Vila do João é a maior e a única que está estruturada com os instrumentos de triagem, recepção e arquivo.

As profissionais apontam que são muitas as doenças que acometem a população local, mas o que mais chama a atenção, atualmente, é a quantidade de pessoas hipertensas. Destacam que o número de diabéticos também é elevado e observam que, após uma noite mal dormida nas comunidades, os atendimentos aumentam de forma considerável.

Da mesma forma, também contribuem para o aumento de atendimentos no Posto, a interrupção do abastecimento de energia elétrica - depois de 3 noites com falta de luz, o excesso de mosquitos e

o calor afetam a saúde das pessoas.

Outra situação complicada são as condições de moradia de muitas famílias nas comunidades. Aparentemente não se vê, mas há muitas proprietários de casas que alugam quartos com banheiro coletivo. Há famílias numerosas vivendo inteiras em cubículos, em condições muito insalubres e, como pagam aluguel, mudam-se muito. Assim, há problemas de criação de vínculos com a comunidade e com o Posto de Saúde, pois como as famílias são acompanhadas pelos agentes de saúde, torna-se muito difícil encontrá-las com o passar do tempo. Hoje há, aproximadamente, 7000 famílias cadastradas no Posto.

Como o Posto tem procurado aumentar sua participação em trabalhos fora de seus muros, foi acolhido um abaixo-assinado dos moradores pedindo a ajuda dos profissionais de saúde para o combate aos caramujos que voltaram com o fim do verão. No dia 18 de março passado, realizaram um trabalho de caça aos caramujos e ratos (ver página 8).

Apesar do desejo que os profissionais do posto têm de estar em sintonia com as necessidades da população, a demanda por atendimento clínico é grande, o que dificulta a realização de mais eventos externos. Vera Joana traduz assim a necessidade desta proposta de atuação da unidade: “O serviço tem uma rotina muito absorvente. Às vezes precisamos dar uma de coringa e dizer: vamos fazer um negócio diferente. A demanda é reprimida, estamos sempre com a unidade cheia”.

**O POSTO DE SAÚDE DA VILA DO JOÃO**  
 (Área de atendimento: Vila do João, Conjunto Esperança, e Vila do Pinheiro)

- ☛ 7000 famílias cadastradas
- ☛ Há 1.200 pessoas com hipertensão e cerca de 320 diabéticos inscritos nos Programas.
- ☛ São realizados 112 atendimentos/dia
- ☛ Em 2002, foram atendidas 2.300 pessoas suspeitas de dengue.



## Comida e Solidariedade: a receita popular contra a fome.

Luis Gustavo Wagner Gomes

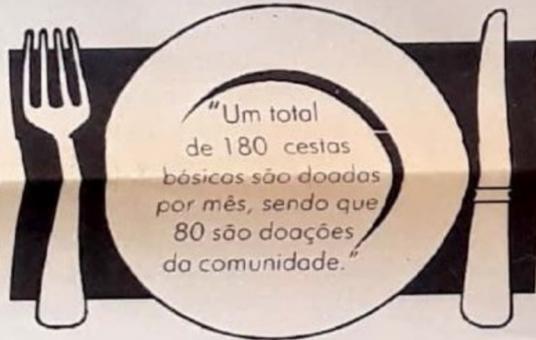
O Brasil tem estado cara a cara com um crescente desafio: a fome. Historicamente, os governos federais não têm liderado a iniciativa de combater a fome, apesar das discussões sobre o problema. Hoje, mais de 50 milhões de brasileiros vivem este drama. Este quadro tem obrigado a sociedade civil a tomar a iniciativa na procura de soluções para a fome. O JUSC (Jovens Unidos Santos em Cristo) é um exemplo de iniciativa social que, entre algumas outras, lida com a questão na Vila do João, na Leopoldina.

A Paróquia São José Operário existe desde o início da vila e, desde então, tem trabalhado com o problema da fome. Até o final de 1999, havia senhoras que distribuíam cestas para as pessoas mais necessitadas. Porém, estas senhoras pararam de fazê-lo, devido ao cansaço por carregar peso. Então, um grupo de seis jovens da paróquia começou a perceber a necessidade de muitas pessoas, até mesmo dentro da igreja e acabou dando continuidade ao trabalho já iniciado pelas senhoras da paróquia. Assim surgiu o JUSC.

Na paróquia, toda segunda e domingo são os dias da solidariedade: o dia de levar os alimentos para doação. No final da missa repartem-se pequenos pedaços de papel contendo por escrito as necessidades das pessoas e, com base nisso, os alimentos são doados. Um total de 180 cestas básicas são doadas por mês, sendo que 80 são doações da comunidade.

O JUSC possui um cadastro para a distribuição das cestas básicas, o qual é atualizado todos os meses. Há também uma fila de espera que cresce a cada dia. As pessoas da fila de espera são sempre cadastradas e ficam aguardando a possibilidade de receber as cestas. Estas pessoas que fazem parte do cadastro são visitadas todo mês, ou seja, é feito um acompanhamento das famílias, bem como uma avaliação destas. "Cada mês a gente manda uma dupla diferente para fazer a visita. Nós sabemos que eles precisam da gente e não só do alimento, mas de um abraço e de um carinho. Elas precisam, além do alimento, do que nós chamamos de alimento espiritual, ou seja, da Palavra de Deus. Nossa grande preocupação é o que vem depois da fome: o desespero. Então, a gente leva o alimento e a Palavra de Deus, para mostrar que nem tudo se perdeu e que há ainda uma esperança". A esperança, transmitida pelo apoio social fornecido pelo JUSC,

tem sido um alívio e um fortalecimento para uma população a que tem sido negados os meios para a construção de um bem viver (empregos, salários justos, habitação, saúde, educação, lazer e cultura). A pobreza é consequência de modos de governar o Brasil que não tem estado a serviço do povo. Nesses governos, o dinheiro público não tem sido reinvestido de forma suficiente em necessidades básicas de vida, gerando uma situação de carência extrema. "A fome é até prioridade, mas é a ponta da lança: atrás dela a gente vê que a pobreza é muito abrangente e vai muito além. Quando uma família está passando fome, é porque toda a organização social já era".



"Um total de 180 cestas básicas são doadas por mês, sendo que 80 são doações da comunidade."

Este trabalho abrange o Conjunto Esperança, a Vila do João, a Vila Pinheiro e o Conjunto Pinheiro e está unido a outros programas da paróquia. Estes programas se organizam de modo a atender o maior número possível de pessoas necessitadas. Desta forma, as famílias que recebem o cheque cidadão, ou qualquer outro tipo de ajuda, não recebem cestas básicas. "O Mosteiro de São Bento também manda, às vezes, sacos de batata,

cebola, chuchu e alho para idosos. Quando sobra, a gente distribui para as cestas comuns e também apóia outros programas da paróquia, como o PIC (Programa da Infância Cabriniana, coordenado pelas Irmãs Cabrini), de reforço alimentar para crianças de escolas públicas, cuja distribuição acontece no Centro Comunitário Padre José de Anchieta". Além das cestas básicas cadastradas, sempre há os casos de emergência: alguém sempre aparece na paróquia desesperado, chorando. Quando isto acontece, o grupo visita a família e trata de arrumar rapidamente uma cesta.

De 1993 para cá, a fome tem aumentado e as chances de emprego têm diminuído. Porém, o número de ONGs tem aumentado, o que facilita o estabelecimento de parcerias e cria um clima de solidariedade. Apesar das dificuldades nos diferentes momentos dessa luta contra a fome, o JUSC continua buscando ânimo para seu trabalho na esperança e na participação coletiva. Outras iniciativas de combate à fome também têm procurado fornecer mais do que o alimento físico: a solidariedade e o alimento espiritual. Até porque já é sabido que, para matar a fome, é preciso fazer mais do que dar de comer.



## BIBLIOTECA COMUNITÁRIA TOBIAS BARRETO Os novos projetos de Seu Evando

Indignação. Essa foi a sensação que predominou no início dessa entrevista. Esta é a segunda vez que o SINAL entrevista o Sr Evando, da Biblioteca Comunitária Tobias Barreto (Se Liga no SINAL nº 48), mas é a primeira vez o Sr Evando pareceu realmente indignado. Indignado com a falta de apoio governamental para a sua causa. Havia recebido no dia anterior uma carta do Ministério da Cultura dando o prazo 15 dias para que a Biblioteca enviasse duas certidões negativas. "É como ir no céu e voltar duas vezes", afirmou, referindo-se ao trabalho que terá, principalmente, quando não há recursos financeiros. Mas, espera que o Ministério da Cultura lembre-se que "o livro é a ferramenta mestra para a cultura".

Queixa-se de que não consegue ser recebido pelo governo municipal. Não

entende a falta de sensibilidade das autoridades para a importância da biblioteca comunitária na vida de uma localidade. "Se o Estado desse R\$2.000,00 por mês, eu encheria esse país de bibliotecas. Eles vão prestar conta disso a Deus. Podem não acreditar, mas vão para o julgamento." Com a dimensão cristã sempre muito presente continua: "se não fosse Jesus, eu não faria nada. Jesus, o livro, minha esposa Zezé e minha mãe."

No decorrer da nossa conversa o Sr. Evando retorna ao seu usual ar jovial e reacende o olhar, a voz e o gestual, lembrando um menino encantando e cheio de sonhos para as comunidades que quase não têm acesso aos livros. "O livro é como o ar que você respira e como a água que você bebe. É o único passaporte que levará à vitória", empolga-se.

"Muitas batalhas foram vencidas e outras, que estão no meio do caminho, ainda vamos vencer. Não se começa nada para não terminar. Vamos vencer, em nome de Jesus".

Seu Evando conta, com entusiasmo, o sucesso da sua viagem de 13 dias ao Maranhão, em meados de março, na qual passou 48 horas num ônibus levando 5.000 livros para a uma biblioteca volante na cidade de Santa Inês. Proferiu várias palestras e conheceu pessoas profundamente ligadas ao mundo literário.

### A CESTA BÁSICA LITERÁRIA

Sempre imaginando novos projetos, vai viabilizando-os com uma velocidade incomum. Informou que já distribuiu sua primeira cesta básica literária, confeccionada por ele a partir da doação de alguns alimentos pelo Rotary do Grajaú. Sua proposta de cesta inclui, além de um clássico da literatura brasileira, também material básico de limpeza e higiene pessoal. Já decidiu por conta própria fazer a 2ª cesta básica no mês de abril e entregá-la para a mesma família.

Na entrevista, anunciou também dois eventos já tradicionais da Biblioteca: o 2º Concurso de Poesia, em 31 de maio, no auditório

da Escola Grécia, e a Feijoada Literária em 19 de julho, em comemoração aos 5 anos da Biblioteca Comunitária. Quem quiser participar desses eventos pode telefonar para 2481-5336.

### A FACULDADE COMUNITÁRIA DE LETRAS

Há outros projetos ainda maiores, a partir da Biblioteca. Um deles é a criação de uma Faculdade Comunitária de Letras, que a princípio funcionará na nova sede da biblioteca. A mãe do Sr. Evando doou um terreno na Vila da Penha, próximo à atual biblioteca – para este novo espaço o arquiteto Oscar Niemeyer já fez o projeto. O Ministro da Cultura do governo anterior esteve na biblioteca e se comprometeu com a construção da nova sede, já que a atual ocupa quase todo o espaço da casa do Sr. Evando.

Como é inquieto e produtor de uma "usina de idéias", o Sr. Evando, juntamente com um grupo de professores, poetas e outros amantes das letras, já tem pensado um currículo diferenciado para a futura Faculdade de Letras, que pode ser uma experiência-piloto para a educação no nosso país, da mesma forma que hoje já é um modelo a Biblioteca Comunitária Tobias Barreto.





## FIQUE POR DENTRO

8

### GUERRA AOS RATOS E CARAMUJOS!!!

No dia 18 de março, foi realizado na Praça da Paz, no Conjunto Esperança, no Complexo da Maré, uma mobilização, que partiu da própria população que com um abaixo assinado, para alertar a comunidade sobre o perigo representado pelos ratos e caramujos para a transmissão de doenças. O evento contou com a participação de moradores, profissionais do Posto de Saúde da Vila do João, Secretaria do Meio Ambiente, CEPEL (Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina), Nova AMACE (Associação de Moradores do Conjunto Esperança) e FEEMA, representada pelo biólogo Jair Rosa Duarte.



### ECONOMIA SOLIDÁRIA

De 3 a 6 de fevereiro, ocorreu o Seminário Internacional sobre o tema "Socioeconomia Solidária para o Desenvolvimento Integral, Democrático e Sustentável", organizado pelo CEDAC (Centro de Ação Comunitária), com apoio do CEPEL, PACS, CAPINA, COOPOP, UNI TRABALHO, UFF, PUC-Rio e Unirio.

Participaram 250 pessoas representando diversos grupos e entidades, inclusive da Região da Leopoldina. Entre os convidados, destacou-se a presença de Paul Singer, indicado para a Secretaria Nacional de Economia Solidária. O Seminário aconteceu no Colégio Assunção, em Santa Tereza, e teve como objetivo avaliar, discutir e propor alternativas de Desenvolvimento Socio-Econômico. Nos quatro dias do Seminário houve diversas atividades, tais como, debates, oficinas de trabalho, atividades culturais e visitas a locais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a fim de conhecer as experiências vivenciadas pelos grupos participantes do evento.

### CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907 -  
Manguinhos - Cep: 21040-360  
Tel/Fax: 2590 1998  
Tel: 3882 9207  
E. Mail: cepel@altermex.com.br  
Rio de Janeiro

### DIA INTERNACIONAL DA MULHER

No dia 10 de março, no Largo da Penha, ocorreu o evento organizado pelas mulheres do CRESAM (Centro de Referência para Saúde da Mulher) que contou com a participação da Associação de Mulheres Cruzeiro do Sul, Grupo Brilho, Associação de Mulheres da Penha, Bicuda Ecológica, Associação de Mulheres e Amigos do Morro Urubu, CEPEL, Associação de Mulheres do Parque Erédia Desa, Grupo Sementinha, Mulheres do Morro do Caracol, ECO (Espaço Cênico Opção) e outros.

Para maiores informações sobre a entidade, entre em contato com as integrantes do CRESAM pelos telefones 2561-3250 / 3477-0887, endereço: Estrada José Rucas, nº 1025 sala 302 - Penha.

No dia 22 de março, no Morro da Chatuba, Penha, aconteceu uma festa organizada pela Associação das Mulheres da Penha (AMP). O encontro foi organizado em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (08 de Março) e contou com a participação de 600 pessoas. Participaram o grupo Sementinha, com a venda de produtos naturais, o CRESAM, que distribuiu material informativo sobre DST/AIDS e preservativos, o Corpo de Bombeiros, o Bazar das Mulheres da Associação da Penha, o grupo Grafite na Rua, ECO, Rádio Rayzes, Bicuda Ecológica, com animadores e entrevistadores, Rádio FM 105, Viva Rio e CEPEL.



### SAÚDE DA MULHER

Para tirar dúvidas e encaminhar reclamações, já pode ser contatado o Disque Saúde da Mulher 0800-6440803 (das 08 às 18hs diariamente).



IMPRESSO

SE  
LIGA  
NO  
**Sinal**

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 20,00.

NOME: \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
TEL: \_\_\_\_\_

# Caderno S

Ano III - Nº 12  
Encarte do SINAL Nº 54  
Jan/Fev/Mar 2003

COMO TIRAR A PRESERVAÇÃO DO  
PAPEL.....PÁGINA 2

RELATÓRIO DA SERRA DA  
MISERICÓRDIA.....PÁGINA 3

ENCARTE ESPECIAL: O MAPA DA APARU SERRA DA  
MISERICÓRDIA E COMO FAZER SUA IMPLEMENTAÇÃO

jul  
ago  
set  
02

## Editorial

Serra da Misericórdia. Os leitores que têm acompanhado as edições anteriores do SINAL já ouviram falar muito deste maciço. Em edições anteriores temos abordado o assunto, especialmente a batalha de entidades da região da Leopoldina pela criação da APARU Serra da Misericórdia (Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana) (ver edição nº 53 do se Liga no SINAL – pág. 6)

Temos insistido neste assunto porque a recuperação ambiental e urbana desta área é de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida não só dos moradores da região da Leopoldina, mas também de todo o Rio de Janeiro. Insistimos, também, porque as medidas que deveriam ter sido tomadas para solução destes problemas ainda não saíram do papel e as decisões sobre os destinos da Serra têm ficado restritas aos gabinetes do poder público.

Neste Caderno S apresentamos uma panorama de como anda a execução dos vinte e seis pontos da Carta da Serra da Misericórdia, enfatizando o que precisa ser feito a fim de que se

tornem realidade. Nesta extensa matéria, entrevistamos grupos ambientais e autoridades do poder público, expondo a situação atual da preservação e recuperação urbana.

Em seguida, apresentamos uma síntese do Relatório da Serra da Misericórdia preparado pelo grupo VERDEJAR, que conta um pouco da história da luta pela preservação da Serra e de recuperação das áreas de seu entorno. O relatório possui, ainda, informações sobre aspectos ambientais da região, tendo como base o diagnóstico elaborado pela UFRJ.

Em encarte especial, publicamos um mapa da região com a delimitação da Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana, a APARU, e os 26 pontos que compõem a Carta da Serra da Misericórdia, elaborada pelo movimento social local em 2001, especificando as medidas que devem ser tomadas pelo poder público para a proteção ambiental da região.

*Equipe: Sandra Montano (coordenação e redação), Carla Moura, Maria Eugênia U. Silva e Luis Gustavo Wagner (entrevistas)*



Ca  
der  
no  
S

# SERRA DA MISERICÓRDIA

## COMO TIRAR A PRESERVAÇÃO DO PAPEL

2 Entidades se mobilizam para a implantação do que a lei já determina.

Para saber como anda a implementação das 26 medidas propostas na Carta da Serra da Misericórdia (ver Encarte Especial), o SINAL entrevistou membros da sociedade civil envolvidos na luta pela Serra e integrantes do governo municipal. Ouvimos Diogo Fernandes, da coordenação do grupo VERDEJAR; representantes da Bicuda Ecológica – pioneiros na luta pela preservação desta região – e Sérgio Ricardo, ambientalista que participou da fundação do grupo ecológico Os Verdes. Entrevistamos também o atual secretário de Meio Ambiente do município do Rio de Janeiro, Ayrton Xerez, e o gerente de meio ambiente, Júlio César de Barros, responsável pela região da qual faz parte a APARU Serra da Misericórdia (Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana).

Diogo Fernandes, do Verdejar, conta que na época da entrega da Carta, o então secretário municipal de Meio Ambiente, Eduardo Paes, comprometeu-se com o cumprimento de

cinco pontos: a nomeação imediata dos integrantes do Grupo de Trabalho (GT) da Serra da Misericórdia; a implementação da APARU; a criação do Conselho Gestor da Serra; a manutenção dos limites originais da APARU e a construção de um parque público na rua Sérgio Silva.

Os representantes do grupo Bicuda Ecológica afirmam que os pontos da Carta não foram contemplados em sua grande maioria pelas ações do poder público. Para não dizer que nada foi feito, apontam a criação do Parque Natural do Jardim do Carmo, referente ao sétimo ponto da Carta. No entanto, questionam a não implantação dos ecolimites na região do

Jardim do Carmo e lamentam a descontinuidade do reflorestamento na Vila Kosmos.

Tanto Diogo Fernandes, do Verdejar, quanto os representantes da Bicuda Ecológica relatam que o GT da Serra não foi consolidado

Em nenhum momento a sociedade civil foi chamada para discutir e, muito menos, para decidir os destinos da Serra da Misericórdia.



de fato, pois contava somente com a participação de técnicos da prefeitura. Em nenhum momento a sociedade civil foi chamada para discutir e, muito menos, para decidir os destinos da Serra da Misericórdia. As decisões foram estabelecidas pelos técnicos e apenas repassadas aos membros das entidades da sociedade civil. Além disso, os técnicos apenas definiram as diretrizes gerais para o início dos trabalhos, que não chegaram a ser colocadas em prática. As constantes mudanças na gestão da Secretaria de Meio Ambiente também foram citadas como prejudiciais para a consolidação do GT. Como o GT da Serra não se concretizou, também não houve a criação do Conselho Gestor da Serra. Mas enquanto isso, a Serra da Misericórdia

continua à mercê da exploração mineral e da crescente ocupação residencial.

O ambientalista Sérgio Ricardo, atualmente cotado para assumir a Gerência Executiva do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro, avalia que os 26 pontos da Carta têm um conteúdo bastante qualitativo. Diz que “os pontos não inventaram a roda”, estariam dentro daquilo que o poder público municipal e estadual podem projetar para a região. Considera-os “realistas e, no geral, viáveis”. Sérgio Ricardo lembrou que o único grande programa previsto para a região da Leopoldina é o PDGB 2 (Programa de Despoluição da Baía da Guanabara), mas ressalta a importância da mobilização popular para incluir a questão da Serra da Misericórdia neste programa. Outra medida importante é pressionar o Ministério das Cidades (que possui 34 programas espalhados em outros Ministérios), pois acredita que o projeto que obtiver maior pressão popular será contemplado. Além disso, Sérgio Ricardo aponta para a necessidade de incluir o canal do Cunha neste programa. Esta necessidade também é explicitada na Carta da Serra, quando os grupos pedem a anexação das bacias hidrográficas no cuidado ambiental.

### O PODER PÚBLICO

Até aqui, temos visto como a sociedade civil organizada tem pensado e vivido a questão da Serra da Misericórdia. E quanto ao poder público municipal? Mantivemos contato com o gerente municipal de meio ambiente Júlio César Barros que informou a existência de um orçamento participativo com uma verba de três milhões de reais destinada a três projetos: a remoção do lixo flutuante na Ilha do Governador; a reestruturação do entorno do Abrigo Cristo Redentor e a Serra da Misericórdia. Visando atender às demandas da Rua Sérgio Silva, o senhor Luiz Eduardo Pizotti, Coordenador de Informações e Planejamento da Secretaria, está conhecendo a área.

Apesar do gerente de meio ambiente ter dito que o reflorestamento havia sido reiniciado, a coordenação do grupo VERDEJAR afirma que isto não vem acontecendo. Os trabalhos teriam sido suspensos pela falta das ferramentas necessárias e pelo atraso da prefeitura no pagamento dos funcionários.

Participamos de uma reunião ampliada com o Secretário Municipal de Meio Ambiente para tratar destas questões, na qual também estiveram presentes os grupos Verdejar e Bicuda Ecológica, a APEDEMA (Assembléia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente) e o CEPEL (Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina).

No entanto, nossa conversa com Ayrton Xerez, atual secretário de Meio Ambiente, não foi muito animadora. Não só, como disse, “o meio ambiente é um assunto muito complicado” e “o poder público é

omisso, covarde e não toma as medidas necessárias”, mas também porque não conhecia a situação da APARU.

No entanto, o secretário sabe que a região possui um granito azul muito bonito, não vendo problemas em sua extração, “desde que seja feito de modo racional”. O secretário pediu a uma técnica do governo municipal que nos desse maiores informações sobre a situação da APARU. Soubemos que não existe a pretensão de renovar o GT da Serra e que para adequar a questão da Serra às necessidades da SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) estão pensando em transformar a APARU em APA (Área de Preservação Ambiental).

A transformação em APA implica no afastamento das ações de outras Secretarias como as de Habitação e Urbanismo. Isto significa que as condições de vida das comunidades que vivem nas encostas da Serra não seriam mais alvo das preocupações do poder público, que estaria direcionado apenas para a preservação ambiental, deixando de lado a recuperação urbana. No final da entrevista o secretário disse que realizaria uma reunião com o gerente de meio ambiente e com a técnica responsável para discutir como poderiam reativar o GT da Serra.

### A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O ambientalista Sérgio Ricardo acredita que o caminho de volta desta história está na retomada da mobilização da sociedade civil, considerando que o grupo das entidades unidas conseguiu vitórias importantes até agora.

Defende que haja o fim da exploração das pedreiras e afirma que a recuperação da Serra da Misericórdia tem muitas vantagens, dentre elas a melhoria das condições de vida de toda a população, com novos investimentos públicos, como saneamento básico, e privados, como shopping-centers e supermercados.

3 “O caminho de volta para a preservação está na retomada da mobilização da sociedade civil.”



Os grupos Verdejar e Bicuda Ecológica concordam que em 2002 houve um esfriamento da pressão popular, mas prometem reacender a questão. O Verdejar pensa em fazer uma atualização da Carta e encaminhá-la ao poder público, além disso, pretendem levar a discussão sobre

ecologia até as escolas e universidades. A Bicuda pretende repetir neste ano a Ecofeira para mobilização da sociedade. Este grupo possui uma vasta documentação sobre a Serra da Misericórdia, que está disponível o site [www.bicuda.org.br](http://www.bicuda.org.br).

Hoje quando olhamos para a Serra e regiões vizinhas vemos as consequências dos muitos anos de maus tratos e descaso. Mundos de concreto, poeira, poluição e a mata cada vez mais espremida. No entanto, Sérgio Ricardo, que participou da criação do grupo Os Verdes, ressalta a importância da APARU Serra da Misericórdia para a vida de todos os cidadãos, lembrando que “existe um lugar na Leopoldina que pode ser recuperado”. É possível, basta querer.

# PROPOSTAS DA CARTA DA SERRA DA MISERICÓRDIA, ÚLTIMA ÁREA VERDE DA LEOPOLDINA

- 1 - Nomeação imediata dos representantes da sociedade civil no Grupo de Trabalho (GT), criado pelo Decreto Nº. 19.510, de 23 de Janeiro de 2001;
- 2 - Criação do Conselho Gestor da APARU da Serra da Misericórdia, com ampla participação da sociedade civil, instituições científicas e dos moradores;
- 3 - Estabelecimento de parcerias e cooperação institucional com universidade e centros de pesquisa como a FIOCRUZ, UERJ, UFRJ e UFF, com prioridade para a elaboração de um "Diagnóstico Preliminar Sócio-Ambiental da área do entorno da APARU da Serra da Misericórdia";
- 4 - Manutenção dos limites originais da APARU e elaboração do Plano de Manejo e Uso Sustentável, com a definição das áreas apropriadas para uso comunitário, como atividades de lazer e esportes, trilhas, ciclovia e montanhismo, assim como as áreas a serem recuperadas.
- 5 - Implantação de um Parque Público e área de lazer na Rua Sérgio Silva-Inhaúma, com a reconstrução do campo de futebol destruído pelos tratores dos "grileiros" em 1999;
- 6 - Ampliação das áreas de atuação do Projeto Mutirão Reflorestamento, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com prioridade para as Ruas Sérgio Silva e Maracá, e sua urgente implantação na Vila Cruzeiro;
- 7 - Sinalização ecológica e cercamento da APARU, com prioridade para os trechos das Ruas Sérgio Silva e Flexal (Inhaúma), Maracá (Jardim do Carmo), e comunidades da Matinha, Mineiro e Cabloco (Complexo do Alemão);
- 8 - Cadastramento, pela Secretaria Municipal de Habitação e Defesa Civil, das famílias de baixa renda que vivem em áreas sujeitas a deslizamentos, e em ocupações irregulares existentes no interior da APARU. Assim como embargar, imediatamente, loteamentos e construções irregulares nessas áreas, onde inclusive ocorreu "grilagem" de terras públicas;
- 9 - Execução de projetos demonstrativos de Educação Ambiental e Sanitária, tendo como enfoque a recuperação ambiental da Serra da Misericórdia;
- 10 - Inclusão das micro-bacias situadas no entorno da APARU da Serra da Misericórdia na segunda etapa do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Revitalização das nascentes presentes na serra, com reflorestamento das matas ciliares;
- 11 - Desativação total das Pedreiras que exploram na Serra da Misericórdia, poluindo demasiadamente o ar das comunidades situadas no entorno da Serra, principalmente os Bairros de Inhaúma e Engenho da Rainha, onde pode-se constatar nos postos médicos da região um alto índice de alergias respiratórias;
- 12 - Cobrança do passivo ambiental que deve ser pago, conforme a legislação vigente, pelo agente poluidor localizado na Serra da Misericórdia (mineradoras e saibreiras que contribuem decisivamente para tornar a região da Leopoldina a mais poluída da cidade do Rio de Janeiro);
- 13 - Recuperação das áreas degradadas, após o fechamento das pedreiras, com amplo reflorestamento e destinação de algumas áreas de fácil acesso para serviços essenciais como escolas e unidades de saúde, bem como iniciativas que promovam a integração da comunidade;
- 14 - Reconquista e recuperação dos espaços públicos. Arborização das ruas dos Bairros que fazem parte do entorno da APARU. Execução dos projetos já existentes de praças, parques e jardins;
- 15 - Implantação de uma Lona Cultural na Serra da Misericórdia;
- 16 - Cessão do espaço público da antiga Creche Municipal da Rua Pescador Jovino (Serrinha-Madureira), à comunidade,



ENCARTE do jornal *Sinal* nº 54 publicado pelo CEPEL - Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina.  
Tel: 25901998 / 3882 9207  
Email: [cepel@alternex.com.br](mailto:cepel@alternex.com.br)

Rio de Janeiro

- para instalação de um Centro Sócio Cultural;
- 17- Ampliação do Projeto Favela-Bairro nas comunidades de baixa renda, situadas na Serra da Misericórdia, trazendo infra-estrutura de abastecimento d'água, saneamento básico e drenagem;
  - 18- Incentivo à coleta seletiva de lixo, e apoio à formação de Cooperativas de catadores como forma de gerar novos postos de trabalho, e eliminação dos vazadouros clandestinos de lixo;
  - 19- Questionamento do projeto contratado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, que não dispõe de Estudo de Impacto Ambiental e se limita à dragagem de cerca de 10 milhões de m<sup>3</sup> de lodo do Canal do Cunha. Apenas a dragagem não soluciona os problemas de poluição dos rios e canais que desembocam no canal do Cunha. É preciso um amplo programa integrado de saneamento ambiental, controle das inundações e fiscalização do parque industrial;
  - 20- Requerer uma perícia técnica independente com o objetivo de realizar a análise dos sedimentos e da água, visando avaliar a proposta de dragagem em grande volume do lodo do Canal do Cunha, que será oneroso aos cofres públicos e poderá provocar forte impacto ambiental para a Baía de Guanabara, podendo atingir inclusive as áreas remanescentes de manguezais;
  - 21- Questionar a limitação técnica e ambiental do Projeto do Piscinão da Praia de Ramos, a fim de esclarecer a opinião pública que o mesmo não soluciona em definitivo os problemas de poluição da região, nem contribui para a despoluição efetiva da Baía de Guanabara; representando uma prática de "maquiagem ecológica", apesar de apresentar aspectos positivos;
  - 22- Exigência junto a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) e a SMAC (Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro) da instalação de uma rede permanente de monitoramento da qualidade do ar da região da Leopoldina, que é considerada a bacia aérea mais poluída do Rio de Janeiro;
  - 23- Exigência da realização de uma Auditoria Ambiental do sistema de saneamento básico de toda a região da Leopoldina, que é administrada pela CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) e apresenta baixa eficiência, reduzida cobertura, polui os rios e a Baía de Guanabara;
  - 24- Exigência à CEDAE de investimentos visando a ampliação do

sistema de abastecimento de água da região da Leopoldina, que apresenta significativo déficit, especialmente nas áreas de favelas e de populações de baixa renda;

- 25- Cobrança à FEEMA e à SMAC de um rigoroso controle das principais empresas poluidoras da região (pedreiras, indústrias, etc);
- 26- Organizar e capacitar as entidades civis locais, a partir da experiência que será proporcionada no Conselho Gestor da APARU, para participarem da criação e funcionamento de um futuro Comitê de Bacia Hidrográfica, conforme prevêem as Leis federal (9433/97) e estadual (3239/99) sobre Recursos Hídricos.

# Relatório sobre a Serra da Misericórdia

## Uma trajetória de mudanças

### É a hora da preservação para melhorar a qualidade de vida.

A conferência internacional de Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro, em 1992, sensibilizou a população para a questão ambiental. Desde então, moradores do subúrbio carioca, na Região de Leopoldina, área esquecida pelo poder público, começaram a se organizar por melhorias na qualidade de vida.

Ao fim de dez anos, duas ONGs se firmaram na defesa da Serra da Misericórdia: o VERDEJAR - Proteção Ambiental e Humanismo, e Bicuda Ecológica. Ao lado do CONSA (Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão), de OS VERDES -Ecologia Social e do CEPEL - Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina, exerceram pressão sobre o poder público municipal que criou, através do Decreto Lei nº19144 (16/11/2000), a APARU Serra da Misericórdia, a Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana.

Este "Grupão" pela Serra solicitou ao geólogo Cláudio Martins, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um diagnóstico ambiental e diretrizes para o plano gestor da região. A partir daí, prepararam a Carta da Serra da Misericórdia, 26 propostas para solucionar os problemas ambientais da região. Participaram também a APEDEMA (Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente), a Associação dos Geógrafos Brasileiros e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA-RJ).

Sob a pressão dos grupos, a secretaria de Meio Ambiente demoliu um loteamento irregular no Engenho da Rainha e decretou o GT (Grupo de Trabalho), composto por técnicos da prefeitura para definir a regulamentação da APARU. Em 2002, um nova gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente não renovou o contrato do GT e não reiniciou o reflorestamento.

A APARU Misericórdia contém 27 bairros e cerca de 80 favelas onde moram 15% dos habitantes do Rio de Janeiro, cerca de um milhão de pessoas. A ocupação das encostas gerou graves danos, como por exemplo, na ausência de rede subterrânea de esgoto, a transformação dos rios em escoadouro sanitário e depósito

de lixo e o excesso de cimento em calçadas e vias públicas, impermeabilizando o solo e conduzindo a água da chuva para os rios, sem alimentar o lençol freático, contribuindo para a salinização da água, que cai na Baía. Além disso, os governos municipais, nos últimos dez anos, à título de sanear e canalizar, cimentaram margens de rios, desrespeitando o "Código Florestal"(Lei nº4771 de 15/09/1965), o que dificulta ainda mais a recuperação vegetal.

Além de ter se transformado em região densamente habitada, existe uma grande ocupação industrial. Estima-se em mais de 1563 estabelecimentos industriais (Anuário 98/99 - Instituto Pereira Passos), colocando os bairros da APARU entre os principais arrecadadores de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias). Apesar disto, a zona da Leopoldina (inserida na APARU) possui a bacia aérea mais poluída da cidade, conforme dados da FEEMA, órgão estadual responsável

por fiscalizar a poluição industrial.

A Serra da Misericórdia, tem ainda uma das maiores explorações minerais em perímetro urbano do Brasil. A ação das pedreiras é nefasta, pois causa danos irreversíveis à saúde de trabalhadores e moradores. Segundo o diagnóstico de Cláudio Martins, da UFRJ, estas áreas transformam-se em 'ilhas de calor' e largas faixas de terreno encontram-se expostas à erosão, tornando ainda mais complicada a regeneração da vegetação. Além disso, as explosões lançam partículas sólidas no ar que contribuem para o aumento dos casos de doenças respiratórias.

Esta situação de destruição e abandono, apesar de atual, não é recente. Teve início há alguns séculos com a exploração da mata e com a retirada dos povos indígenas das florestas, passando pelos

ciclos do açúcar e do café e culminando com a industrialização e ocupação populacional, a partir do início do século XX.

Hoje, a sociedade civil organizada pede socorro para o maciço da Misericórdia, a ser (re)descoberto em sua história e valor natural. Afinal, a Serra da Misericórdia também é berço de cultura, nela nasceu o jongo, a raiz do samba. É nosso desafio recuperá-la e torná-la, mais uma vez, palco de beleza e cultura e qualidade de vida.

(Fonte: Relatório sobre a Serra da Misericórdia da grupo VERDEJAR - Proteção Ambiental e Humanismo).

**A APARU Serra da Misericórdia contém 27 bairros e cerca de 80 favelas onde moram 15% dos habitantes do Rio de Janeiro, cerca de um milhão de pessoas.**

**A Serra da Misericórdia, tem ainda uma das maiores explorações minerais em perímetro urbano do Brasil. A ação das pedreiras é nefasta, pois causa danos irreversíveis à saúde de trabalhadores e moradores.**